

A Escola Normal no século XIX: as contribuições de Rui Barbosa para a educação pública e a formação de professores

Maria Cristina Gomes Machado*
Anaete Regina Schelbauer**

* Doutora em Filosofia e História da Educação, pela Faculdade de Educação da UNICAMP, professora da Universidade Estadual de Maringá.
e-mail: mcgmachado@uem.br

** Doutoranda em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da USP, professora da Universidade Estadual de Maringá.

Resumo

O artigo tem por objetivo apresentar uma discussão acerca da importância que a formação de professores e a consolidação da Escola Normal, como tarefa do Estado, recebe na obra de Rui Barbosa, em consonância com o final do século XIX. Neste período, no Brasil, concomitantemente à Europa e à América do Norte, crescem as campanhas em favor da organização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória. A formação de professores se coloca como uma questão fundamental para as nações que almejavam organizar os seus sistemas nacionais de ensino. Rui Barbosa, através de seus pareceres sobre a "Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública" (1882), oferece um importante diagnóstico sobre a situação do ensino no país e uma relevante contribuição quanto às inovações pedagógicas consideradas necessárias para desencadear as reformas da instrução pública no Brasil.

Palavras-chave

Escola normal; educação pública; formação de professores.

Abstract

The purpose of this paper is to present a discussion on the importance that teacher training and the consolidation of the Normal School (Teacher Training School), as a task of the State, is given in the work of Rui Barbosa, in consonance with the end of the XIX century. In that period in Brazil, as in Europe and North America, ideas favoring the organization of a secular, free and obligatory government school were growing. Teacher training was a fundamental question for the nations aiming at organizing their national education systems. Rui Barbosa, with his essay on the "Review of the Elementary Schools and Some Complementary Institutions of Public Instruction" (1882), gives an important diagnosis on the educational situation in Brazil and the essay is a relevant contribution in relation to pedagogic innovations, necessary for initiating the reforms in government school instruction in Brazil.

Key words

Normal school (teacher training); government education; teacher training.

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma discussão acerca da importância que a formação de professores e a consolidação da Escola Normal, como tarefa do Estado, recebe na obra de Rui Barbosa, em consonância com as idéias que marcam o final do século XIX. Neste momento, a profissionalização dos professores e a produção de um discurso científico em matéria de educação se tornam marcantes no campo educacional (Nóvoa, 1996, p. 02). No Brasil, concomitantemente à Europa e à América do Norte, crescem as campanhas em favor da organização da escola pública, laica, gratuita e obrigatória. Esta escola exigia um repensar de seu programa, sua estrutura, seus conteúdos, seus métodos, seus prédios, o horário das aulas, sua duração, entre outros. Era voz sonante que o método antigo de decorar e repetir não estava adequado às novas necessidades sociais. No bojo dessa discussão, a formação de professores se colocou como questão fundamental.

A opção pelos Pareceres e por Rui Barbosa, para discutir a escola normal no século XIX, deu-se tanto pela importância que os Pareceres receberam como um valioso documento para a história da educação brasileira, quanto pelo fato de se caracterizarem como um importante diagnóstico da situação do ensino no país, bem como da proposição de inovações educacionais em consonância com as nações mais civilizadas. Rui Barbosa escreveu a "Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública", em 1882, em que defendeu a organização dos Sistemas Nacionais de Ensino. Esta refor-

ma originou-se da análise do Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, de autoria de Leônicio de Carvalho, que reformava o ensino primário e secundário no Município da Corte e o superior em todo o Império.

Ao se preocupar com a organização do ensino desde o jardim de infância até a universidade, destacou a necessidade de cuidados especiais com a formação de professores. As péssimas condições das escolas normais existentes no país e a precariedade da formação dos mestres fizeram com que Rui recomendasse a contratação de professores no exterior para trabalhar em algumas áreas com a finalidade de organizar escolas normais que pudessem efetivamente preparar as futuras gerações de mestres, imbuídos de espírito científico e de nova metodologia. Para Rui Barbosa o êxito de toda reforma de ensino dependia fundamentalmente dos professores, esta questão será aprofundada na primeira parte deste artigo. Na segunda, discutir-se-á a questão destacada pelo autor em relação à ênfase dada a importância da formação moral dos mestres.

A reforma dos mestres e a reforma dos métodos: os eixos da reforma de ensino

De acordo com Schelbauer (1998) e Machado (1999), a defesa pela educação popular e pela criação de um Sistema Nacional de Ensino, que aparece na obra de Rui, em consonância com o movimento universal de difusão da escola pública no final do século XIX, apresenta uma particularidade. A reforma do ensino e a conseqüente organi-

zação do Sistema seriam iniciadas pelo ensino superior, pela formação de professores para então alcançar o ensino primário e a educação popular. Por este aspecto já se pode perceber a ênfase que a formação de professores recebe nos Pareceres.

Neles, Rui Barbosa, após expor os pontos fundamentais da reforma: a laicidade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino, enfatizou a necessidade de repensar os programas e métodos, para reverter à primazia do catecismo e da memorização. A reforma da instrução pública, na sua visão, configurava-se na:

Reforma dos métodos e reforma do mestre: eis, numa expressão completa, a reforma escolar inteira; eis o progresso todo e, ao mesmo tempo, toda a dificuldade contra a mais endurecida de todas as rotinas, - a rotina pedagógica.

Cumprir renovar o método, orgânica, substancial, absolutamente, nas nossas escolas. Ou antes, cumprir *criar* método; porquanto o que existe entre nós, usurpou um nome, que só por antífrase lhe assentaria: não é o método de ensinar; é, pelo contrário, o método de inabilitar para aprender. A criança, esse belo organismo, animado, inquieto, assimilativo, feliz, com os seus sentidos dilatados pela viveza das impressões como amplas janelas abertas para a natureza, com a sua insaciável curiosidade interior a atraí-la para a observação dos fenômenos que a rodeiam, com o seu instinto investigativo, com a sua irremovível simpatia pela realidade com a sua espontaneidade poderosa, fecunda, criadora, com a sua capacidade incomparável de sentir e amar "o divino prazer de conhecer", a criança, nascida assim, sustentada assim pela independência dos primeiros anos, entra para o regime da escola, como flor, que retirassem do ambi-

ente enérgico e luminoso do céu tropical, para experimentar na vida vegetativa da planta os efeitos da privação do sol, do ar livre, de todas as condições essenciais à natureza da pobre criaturinha condenada (Barbosa, 1947, tomo II, p. 33-4).

A educação devia estar subordinada à fisiologia; os métodos dominantes, porém, eram hostis às exigências da vida humana. Era preciso estimular a curiosidade e não apenas a memorização, como se estava fazendo. A criança não era estimulada a entender nem o significado das palavras que repetia. No Brasil, essa educação mecânica era encontrada da escola primária ao liceu, deste às faculdades, passava-se pelas cartilhas, pelos pontos de exames e pelas apostilas acadêmicas. Este quadro apontava a necessidade fundamental de que o ensino fosse reorganizado sobre novas bases. Rui Barbosa citou Herbert Spencer:

O mais sério voto da reforma, portanto, deve ser predispor as circunstâncias para um sistema de ensino popular, em que o espírito da criança não seja contrariado e tolhido no seu desenvolvimento pelas lições mecânicas de mestres incapazes (*stupid*); em que a instrução, em vez de ser, para o preceptor e o discípulo, um mútuo incômodo, seja um prazer comum, satisfazendo, na ordem apropriada, às faculdades, cada uma das quais veementemente aspira a uma instrução apresentada sob a devida forma (Barbosa, 1947, tomo II, p. 48)

Para derrotar o ensino mecânico era necessária a adoção de um novo método, baseada na intuição, de forma a proporcionar o desenvolvimento geral do espírito humano. Este novo método não apresen-

tava dificuldades para ser colocado em prática e era mais atraente para a criança. Para tanto, fazia-se necessário mestres habilitados para utilizar-se dessa nova metodologia e destacou a importância de se cuidar da formação desse professor.

Rui Barbosa dedicou um longo capítulo dos pareceres enfatizando a importância da boa formação dos mestres e propunha a criação de escolas normais, sob a responsabilidade do Estado, uma vez que as iniciativas existentes encontravam-se a cargo dos Governos Provinciais. Na visão do autor, a Escola Normal Primária de seu tempo não poderia ser acusada de formar maus professores, pois lhe faltava caráter técnico, realidade profissional e ação pedagógica. Rodolfo Dantas, ministro do Império em 1882, no relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa compartilha das idéias de Rui Barbosa sobre a importância do professor:

A reforma dos métodos e dos programas, porém, com todos os seus embaraços, é, em qualquer caso, menos árduo problema que a reforma do pessoal ensinante. Para atingirmos esse alvo dificultoso, carece o Estado de meter mãos deliberada e inflexivelmente à criação de escolas normais, não co-educativas para ambos os sexos, mas discriminadas. Pesada e ineficaz, a organização das nossas escolas normais encarna perfeitamente o antigo automatismo, em que se molda entre nós toda a instrução, desde a aula primária até os cursos superiores, e as mantém desviadas do fim profissional que deve caracterizá-las (Dantas In: Barbosa, 1946, p. 164-5).

A reforma de ensino que propunha para ofertar uma nova educação exigia uma grande participação do professor pri-

mário, pois ela implicava na adoção de novas bases metodológicas. Assim, Rui Barbosa destacava a dificuldade de se praticar um determinado método e o quanto seu sucesso dependia do professor:

"Muito importa o método de ensino", diz um conhecido pedagogo inglês, "mas de muito mais importância é a qualidade do mestre". Por mais racional, com efeito, que seja um método, por mais eficazes que sejam as suas propriedades educadoras, não podem constituir nem um complexo de fórmulas algébricas, que se resolvam em soluções precisas e infalíveis para cada dificuldade, nem um aparelho, que obedeça fatalmente a certas combinações mecânicas de força e movimento. O método, em pedagogia, não é senão o sistema, indicado pela natureza, de cultivar a vida física, moral, intelectual, no período inicial e decisivo do seu desenvolvimento humano; e a vida pode ser encaminhada senão pela vida. Neste sentido, pois, não é menor o preço do mestre que o do método, porque, sem o mestre o método seria uma concepção ideal; porque o método é inseparável do mestre; porque o mestre é o método animado, o método em ação, o método vivo (Barbosa, 1946, tomo III, p. 119).

Para Rui Barbosa, o método não possuía regras rígidas a serem seguidas, mas dependia da capacidade improvisadora do professor que a cada aula poderia enfrentar novos problemas. Desta forma, o mestre tinha maior relevância que o próprio método. Nas suas palavras:

O mestre, o verdadeiro mestre, é uma como encarnação pessoal do método: dependem mutuamente um do outro; e seria mais ou menos igual, de parte a parte, a reciprocidade, se aos requisitos intelectuais que o método impõe, e dirige, não acrescessem, no tipo do educador, as quali-

dades morais, que não entram no sistema do método, mas a que os frutos deste, em grande parte, estão subordinados. Por isto escreveu um célebre metodizador e organizador em matéria de ensino que "de resultados melhores é capaz, com um mau método, a índole afetuosa, dedicada e simpática do professor, do que o melhor dos métodos, se o professor é mau". É não só a assimilação completa do gênio, permiti-nos a expressão, do gênio do método, como a formação desses dotes morais e do senso educativo, sexto sentido, por assim dizer peculiar à vocação do professorado, - é isso o que torna a preparação do educador primário tão difícil, quanto fundamental, numa reforma sincera (Barbosa, 1946, tomo III, p. 120-1).

Desta forma, podia-se utilizar a definição de que "o mestre faz a escola", destacando-se que toda reforma para ser bem sucedida devia ser precedida da formação de professores capazes de executá-la. Por este motivo Rui Barbosa se preocupou com a situação dos professores no país, estes somavam um pequeno número, muitos deles eram professores leigos e desconheciam a nova metodologia proposta.

Neste sentido, o ponto de partida de qualquer reforma deveria ser a educação dos professores, todos os países civilizados já reconheciam esta necessidade e estavam mantendo grande número de escolas normais, como exemplo citou a Alemanha (Prússia, Saxônia, Baviera, Württemberg, Alsácia-Lorena) que, em 1882, possuía 180 escolas com vinte mil alunos. Além deste país, apresentou dados sobre o número de escolas normais na Bélgica, na Dinamarca, na Escócia, na Finlândia, na França, na Holanda, na Inglaterra, na Itália, na

Espanha, na Noruega, na Rússia, na Suécia, na Suíça, na república Argentina, no Canadá, nos Estados Unidos e em outros países. A preocupação desses países com a formação de professores, revelou um objetivo comum entre eles: o de organizar os sistemas nacionais de educação. Mas esta não era a realidade brasileira, aqui, dizia Rui, pouco se fazia em matéria de ensino.

Rui Barbosa mostrou que no quadro apresentado mundialmente, no qual os países se preocupavam em organizar a escola pública, o Brasil se revelava uma exceção, pois apenas uma escola funcionava na capital do Império - salvo as escolas provinciais - sob o nome de Escola Normal Primária. Entretanto, destacou que ela não correspondia ao nome adotado, pois lhe faltava a pedagogia, faltava-lhe expressão prática, era preciso que o aluno experimentasse as lições recebidas. Assim, definiu o objetivo dessas escolas: "*Ensinar a ensinar, educar no método de educar*: eis em que constitui a essência e o fim deste gênero de estabelecimentos" (Barbosa, 1946, tomo III, p. 135). Para tanto, estas escolas deveriam funcionar em regime integral, sendo inadmissível o ensino noturno. Foi neste sentido que se fundamentou para criticar a existência dos cursos noturnos que impossibilitavam ao aluno/professor praticar o que aprendia. Citou Guizot, Lorde Brougham e Horácio Mann que defendiam a necessidade dos alunos terem ao lado das aulas teóricas, aulas práticas.

Para reforçar o argumento da necessidade de cuidados especiais com a formação do professorado, citou o comissário

nacional da instrução pública dos Estados Unidos, Dr. J. M. Gregory. Este escreveu, em 1879, que as escolas de qualidade se faziam devido ao caráter dos professores. Assim, era preciso associar a capacidade de ensinar, o saber, a inteligência disciplinadas com a moralidade. A moral era fundamental no sistema de ensino que se defendia, esta poderia ser estimulada através de uma boa preparação dos professores, de forma a garantir as condições para o sucesso da educação popular. Tendo em vista esta questão, Rui Barbosa considerava fundamental ampliar o número de escolas normais para que todos os professores empregados pudessem ser instruídos.

A moral e a ciência: o conteúdo da escola normal

A reforma de ensino proposta por Rui Barbosa procurava preparar o aluno para a vida. Esta preparação requeria o estabelecimento de um ensino diferente do ministrado até então. Era preciso privilegiar novos conteúdos, como ginástica, música, canto, desenho e, principalmente, o ensino de ciências e de moral e cívica. Esses novos conteúdos, associados aos conteúdos tradicionais, deveriam ser ministrados de forma a desenvolver no aluno o gosto pelo estudo e sua aplicação. Para tanto, o método que guiaria este aprendizado basear-se-ia na observação e experimentação, procurando cultivar os sentidos e o entendimento. Recomendava, portanto, a adoção do método intuitivo. Para o autor em estudo, essas mudanças no sistema de ensino eram fundamentais para tornar o Brasil uma nação

civilizada. Destacou em vários momentos dos Pareceres sobre educação, que no século XIX, a instrução popular tornara-se uma necessidade imperiosa. A escola a ser difundida deveria estar voltada para a vida, esta deveria estar carregada de conteúdos científicos e moralizantes, formando o trabalhador e o cidadão.

Rui Barbosa também se preocupou em fixar um programa para essas instituições, novamente recorreu às experiências das nações mais ilustradas, aproveitando-se assim da sabedoria entesourada pelo tempo, apresentou o programa de várias escolas normais, distinguindo as escolas de homens das escolas de mulheres. Dedicou vinte e nove páginas ao estudo dos programas de diversas escolas normais, concluiu:

O que de todos eles, porém, resulta, é que todos olham como essencial abran-ger no currículo das escolas normais, não só os conhecimentos necessários para formar o espírito do professor, dando-lhe uma cultura elevada, como especialmente os que têm por fim disciplinar, no aluno-mestre, as qualidades educadoras. O intuito da escola normal, já o dissemos, está em habilitar para a prática real da educação. O programa da escola normal, portanto, há de ser modelado pelo programa da escola primária. Naquela vai o aspirante de magistério elementar receber a preparação necessária para comunicar aos seus futuros alunos as influências intelectuais e morais indicadas no plano de estudos da primeira idade (Barbosa, 1946, tomo III, p. 168).

A escola normal deveria ter dois gêneros de conteúdos, primeiro os estudos e aplicações sobre a ciência e arte de educar, segundo as disciplinas e aplicações do

programa da escola primária. Ao detalhar o programa enumerou:

- 1º) A língua materna, a que se acrescenta a sua literatura.
- 2º) Aritmética, álgebra elementar e escrituração mercantil.
- 3º) Geometria, com elementos de agrimensura e levantamento de planos; taquimetria; leitura das cartas de estado maior do país.
- 4º) Mecânica e astronomia.
- 5º) Física e química.
- 6º) História natural. Noções de mineralogia e geologia.
- 7º) Fisiologia humana. Higiene. Higiene escolar.
- 8º) Geografia. Cartografia. Execução de relevos geográficos. Cosmografia.
- 9º) História.
- 10º) Instrução moral e cívica. Sociologia, abrangendo as noções fundamentais de direito pátrio e economia política.
- 11º) Pedagogia e métodos.
- 12º) Método Froebel.
- 13º) Caligrafia.
- 14º) Desenho Geométrico, de ornato e industrial.
- 15º) Música vocal e instrumental.
- 16º) Uso dos principais instrumentos nos ofícios manuais (para homens)
- 17º) Prendas de agulhas (para mulheres).
- 18º) Ginástica.

Estes eram os conteúdos a serem ensinados ao futuro professor. A necessidade de se fixar um programa especial para a escola normal era traduzida por esse currículo proposto para essas escolas que deveriam não só fornecer os conteúdos que formariam o espírito do professor, através

de uma elevada cultura, como também era fundamental que existissem conteúdos que tivessem como finalidade disciplinar suas qualidades educadoras e moralizadoras. Ela deveria habilitar o aluno-mestre para a prática real da educação, assim seu conteúdo seria o conteúdo da escola primária. O professor deveria estar preparado para ensinar aos seus alunos os conteúdos intelectuais e morais indicados nos primeiros anos escolares.

Rui Barbosa propunha que a escola primária destacasse também o ensino da língua materna e da gramática, a partir do método intuitivo. O ensino de ciências físicas e naturais deveria ser iniciado no Kindergarten, a partir da observação e da experimentação. Para tanto, far-se-ia necessário que os professores destas escolas recebessem formação especial. Acerca do conteúdo da escola normal, os Pareceres também enfatizaram o ensino da pedagogia, da matemática elementar e da taquimetria; da geografia e cosmografia; da história; dos rudimentos de economia política; e finalmente da cultura moral e cívica, considerados por Rui Barbosa como parte fundamental do plano escolar. Este conteúdo teria uma influência civilizadora; por isso, todas as matérias de estudo teriam, dentre seus objetivos, que ressaltar a ação moralizadora como pontuado anteriormente. O professor tinha papel fundamental, pois era o eixo, a força onipotente de toda educação moral.

Rui Barbosa colocou como exigência a presença do aluno na escola, contrapondo-se à livre freqüência presente no

Decreto e defendeu que a duração do curso normal fosse de quatro anos. Um dia da semana deveria ser dedicado a aulas práticas. Para ele, este tempo era necessário para formar a compleição moral e o tino profissional do mestre.

As escolas normais deveriam ter algumas condições para admissão dos alunos-mestres. Como preparatório exigir-se-iam o curso primário superior; o conhecimento de uma língua estrangeira e do latim. Estes deveriam ter entre dezesseis e vinte e um anos para serem admitidos, bem como assumir o compromisso de trabalhar em escolas públicas.

À guisa de conclusão

Para o desenvolvimento deste estudo priorizamos como fonte os Pareceres de Rui Barbosa sobre as Reformas do Ensino Primário e Secundário, por seu caráter precursor quanto à proposta de criação de um órgão de coordenação e difusão do ensino, objetivando a formação de um sistema de educação. Para isso ele toma como exemplo as nações por ele consideradas como as mais liberais e individualistas mas que, no entanto, reconhecem, "...cada vez

com mais força, a necessidade crescente de uma organização nacional do ensino desde a escola até as faculdades..." (Barbosa, 1947, p. 85-6). Essas nações, que para Barbosa deveriam ser contrárias a qualquer princípio de centralização, já estavam organizando seus sistemas nacionais de educação. Esse era o exemplo de que se utilizava para dizer que se o Brasil quisesse alcançar a civilização precisaria segui-lo, dando uma organização nacional ao ensino, sob os cuidados do Estado. (Schelbauer, 1998, p. 87)

Assim, nos Pareceres, de acordo com os princípios universalmente veiculados na campanha pela difusão da escola pública: a gratuidade, a obrigatoriedade e a laicidade, o método pelo qual o professor deveria ensinar se fundamentava na intuição, assim como o conteúdo escolar proposto, que formaria os novos mestres estava amparado no ensino das ciências associado ao sentimento geral de amor à pátria e ao trabalho, ou seja, a ciência associada a moral laica. Moral esta que estaria desvinculada de qualquer princípio religioso, cabendo ao Estado a tarefa de supri-la, principalmente por meio da Escola (Leonel, 1994, p. 239).

Referências bibliográficas

BRASIL Decreto-lei n. 7.247, de 19 de abril de 1879. *Reforma do ensino primário, secundário no município da Corte e superior em todo o Império*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1879.

BARBOSA, Rui. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. Vol. IX, tomo I: Reforma do ensino secundário e superior.

_____. _____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. Vol. X, tomo I ao IV: Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública.

_____. _____. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. Vol. IX, tomo II: Discursos e trabalhos parlamentares.

LEONEL, Zélia. *Contribuição à história da escola pública*. (Elementos para a crítica da teoria liberal da educação). Campinas, 1994. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade*. Campinas, 1999 Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

NÓVOA, Antônio. *O processo de profissionalização do professorado*. Conferência proferida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em novembro de 1996.

SCHELBAUER, Anaete Regina. *Idéias que não se realizam*. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: Eduem, 1998.